

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.169 - SP (2019/0196636-7)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : WYETH INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA  
**AGRAVANTE** : LABORATÓRIOS PFIZER LTDA  
**ADVOGADOS** : PEDRO SÉRGIO FIALDINI FILHO - SP137599  
JOAQUIM AUGUSTO MELO DE QUEIROZ - SP257402  
THIAGO ADORNO ALBIGIANTE - SP346233  
**AGRAVADO** : BENNATI DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA  
**AGRAVADO** : BENNAMED FARMACÊUTICA LTDA.  
**AGRAVADO** : ANSELMO BENNATI SOBRINHO  
**AGRAVADO** : MARIO ALBERTO BENNATI  
**ADVOGADO** : VANIA DA SILVA SCHÜTZ - SP167263

### EMENTA

AÇÃO MONITÓRIA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC. EMBARGOS MONITÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 190 E 369 DO CC/02. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE FIRMOU EXPRESSAMENTE QUE AS MATÉRIAS DEDUZIDAS NOS EMBARGOS MONITÓRIOS NÃO SE CONFUNDEM COM AS DO PLEITO RECONVENCIONAL E NÃO ESTÃO ATINGIDAS PELA PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO RECURSAL FUNDADA NA VIOLAÇÃO DO ART. 206 DO CC/02 QUE É IMPEDIDA PELA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

### DECISÃO

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. e outro (WYETH e outor) ajuizaram ação monitória contra BENNATI DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA. e outros (BENNATI e outros), que apresentaram reconvenção.

Foi então, prolatada decisão determinanda a realização de perícia contábil para aferir a existência de créditos e débitos existentes entre as partes para fins de compensação.

Contra essa decisão, WYETH e outro interpuseram agravo de instrumento assim apreciado pelo Tribunal estadual:

*Ação monitória. Determinação de realização de prova pericial para aferir o crédito do autor. Agravo de instrumento. Decisão combatida que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art.*

# Superior Tribunal de Justiça

*1.015 CPC/2015. Ausência de lesividade ao direito do recorrente. Inadmissibilidade verificada. Recurso não conhecido (e-STJ, fl. 64).*

O referido acórdão foi integrado por embargos de declaração julgados conforme acórdão assim ementado:

*Embargos de declaração. Omissão verificada. Agravo de instrumento interposto em parte contra decisão que rejeitou alegação de prescrição. Inteligência do artigo 1.015, inciso II, do CPC. Decisão agravada que encerra questão de mérito. Recurso que deve ser conhecido, nessa parte. Mérito. Embargada que formulou pretensão indenizatória em face de embargante em pedido reconvenicional. Prescrição reconhecida. Reconhecimento da prescrição da pretensão reconvenicional que não implica a prescrição da defesa deduzida em sede de embargos monitórios. Pretensão indenizatória do pedido reconvenicional que não se confunde com a matéria de defesa deduzida nos embargos monitórios. Ausência de prescrição dos embargos monitórios. Embargos declaratórios acolhidos, com efeitos modificativos, para conhecer em parte do agravo de instrumento interposto, e, nessa parte, negar provimento ao recurso (e-STJ, fl. 88).*

Os segundos embargos de declaração forma rejeitados (e-STJ, fls. 117/121).

WYETH e outro interpuseram recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da CF, onde alegaram violação dos arts. 190, 206 e 369 do CC/02 e dissídio jurisprudencial, pelos seguintes fundamentos (1) a prescrição trienal; (2) uma vez reconhecida a prescrição das pretensões deduzidas na reconvenção, deve necessariamente ser reconhecida a prescrição das pretensões deduzidas nos embargos monitórios; (3) a compensação de créditos só pode se verificar em relação a valores líquidos.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 151/162).

O Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre por (1) não ter sido demonstrada a infringência dos preceitos legais arrolados; (2) se aplicar a Súmula nº 7 do STJ.

WYETH e outro ingressaram com agravo em recurso especial sustentando que (1) usurpação da competência desta Corte pela decisão agravada; (2)

# Superior Tribunal de Justiça

ficou caracterizada a violação de todos os artigos apontados; (3) inexistência de necessidade de reexame de matéria fática.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 181/189).

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

## (1) Da alegada usurpação de competência

Não há falar em usurpação de competência do Superior Tribunal de Justiça pela Corte *a quo*, sob o argumento de que houve o ingresso indevido no mérito do recurso especial por ocasião do juízo de admissibilidade, porquanto constitui atribuição do Tribunal local, nessa fase processual, examinar os pressupostos específicos e constitucionais relacionados ao mérito da controvérsia, a teor da Súmula nº 123 de STJ.

## (2) Da violação dos arts. 190, 206 e 369 do CC/02

A Corte local assim decidiu a lide controvertida nos autos:

*O d. Juiz de Primeiro grau extinguiu a reconvenção com resolução do mérito, porque verificou a prescrição. Por outro lado, acolheu o pedido dos réus de realização de prova pericial para aferir a eventual existência de créditos em desfavor dos autores, a ser objeto de compensação antes de se prosseguir com a cobrança judicial por meio da ação monitória, nos seguintes termos:*

*"(...) Fixo como pontos controvertidos os alegados pagamentos efetuados pelos embargantes, inclusive aqueles decorrentes de créditos do ICMS, a o 20 responsabilidade pela ausência de restituição dos créditos do ICMS relativos ao período entre dezembro de 2008 e maio de 2010 e os alegados prejuízos dos embargantes, passíveis de restituição pela autora, e, por fim, considerando estes fatores, as quantias devidas pelas partes, com os eventuais abatimentos e compensações. As*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*demais questões ou são jurídicas ou dependem da análise unicamente da documental já produzida.*

*A fim de elucidá-los, determino a prova pericial. Nomeio como perito o Sr. Arles Denapoli, que deverá estimar seus honorários no prazo de 15 dias, serem custeados pelos embargantes, requerentes da prova, também no prazo de 15 dias após a decisão de homologação (...)" [fls. 4.766/4.768 dos autos principais].*

*Inconformados, os autores interpuseram o presente recurso de agravo de instrumento visando a reforma da r. decisão. Alegam a desnecessidade de realização de perícia contábil, porque não existe crédito compensável em favor dos agravados, tendo em vista a ausência de liquidez, certeza e exigibilidade. Além disso, batem-se pelo reconhecimento da prescrição das exceções aduzidas em sede de embargos monitórios.*

*Contudo, o recurso não é conhecido. Explica-se.*

*A decisão combatida não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento do recurso de agravo de instrumento, conforme o artigo 1.015 do CPC:*

*(...)*

*A decisão que determinou a perícia contábil não se enquadra em nenhuma das hipóteses acima, tampouco se trata de execução ou processo em cumprimento de sentença.*

*No mais, não há dúvida de que a r. decisão atacada não causou nenhuma lesividade ao direito da recorrente, pois somente permitiu que se proceda à perícia contábil, a ser custeada pelos próprios embargantes, a fim de aferir o real valor da dívida objeto da ação monitória (e- STJ, fls. 65/67).*

E ao apreciar os embargos aclaratórios, assim consignou o Tribunal recorrido:

*Em relação à parte da decisão agravada que determinou a realização da perícia, o agravo de instrumento não deve ser conhecido, porque decisão combatida não se enquadra nas hipóteses elencadas no artigo 1.015 do Código de Processo Civil. Nesse ponto, portanto, o v. Acórdão de fls. 63/68 deve ser mantido, não havendo qualquer omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada.*

*Por outro lado, em relação à parcela da decisão que rejeitou as o alegações de prescrição, o agravo de instrumento deve ser conhecido, pois encerra matéria de mérito, nos termos do inciso II, do artigo 1.015 do Código de Processo Civil.*

*Todavia, o agravo de instrumento não comporta provimento.*

*Explica -se.*

*Esta c. Câmara, no julgamento de apelação interposta pela embargada (Processo nº 2151362-25.2017.8.26.0000), confirmou*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*a decisão de Primeiro grau que reconheceu a prescrição da pretensão indenizatória ventilada pelos requeridos em pedido reconvenicional.*

*Naquela oportunidade, a r.sentença de Primeiro grau foi mantida, sob o fundamento de tratar-se de pedido de reparação civil relativa a "quanto deixaram de auferir pela logística de medicamentos específicos, de redução de preços de medicamentos, pela perda de uma chance e prejuízos morais"*

*Verificou-se o escoamento do prazo trienal, do artigo 206, §3º, inciso V, do Código Civil, a partir do encerramento do contrato firmado entre as partes, em 11 de agosto de 2012, pois não demonstrado pelos ora reconvintes que o contrato havia sido renovado.*

*Outra coisa, no entanto, é a defesa ora aduzida pelos devedores em sede de embargos monitórios. Nesses, os devedores batem-se pela exclusão de valores decorrentes do ICMS no débito ora cobrado pela autora da ação monitória e pela compensação de valores de ICMS de títulos já pagos.*

*As questões deduzidas nos embargos monitórios não se confundem com a pretensão indenizatória do pleito reconvenicional. Trata-se de matéria de defesa, inerente à cobrança. Isto é, para se aferir o real valor objeto da ação monitória, faz-se necessário determinar qual era o débito dos réus perante os autores, de modo que a ação monitória possa prosseguir com o valor exato devido pelos réus.*

*Se a ação monitória não se encontra prescrita, não há, por decorrência lógica, como se falar em prescrição da defesa ventilada por meio dos embargos monitórios (e-STJ, fls. 89/91).*

Dos trechos acima transcritos, observa-se que **(1)** os preceitos 190 e 369 do CC/02 não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, ressentindo-se do necessário prequestionamento, pressuposto inafastável ao conhecimento do apelo nobre, se aplicando no caso, a Súmula nº 282 do STF; **(2)** tendo o acórdão firmado expressamente que as matérias deduzidas nos embargos monitórios não estão atingidas pela prescrição, rever as suas conclusões à luz dos fundamentos deduzidos no recurso especial, demanda o reexame de matéria fática o que na via eleita, é defeso a esta Corte pela Súmula nº 7 do STJ.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator

